

**DE VARINE, Hugues. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256p.**

Vania Maria Siqueira Alves\*

Em “As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local”, traduzido da versão original em língua francesa, publicado há mais de dez anos, e lançado no Brasil em 2012, De Varine propõe suscitar a reflexão e a tomada de posições por parte do leitor em relação à gestão do patrimônio natural e cultural em um território e no seio de uma comunidade humana.

Com prefácio e tradução da museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, a obra, além de clareza, simplicidade e aplicabilidade, apresenta algumas particularidades: quatro introduções, fichas práticas, não agregação de referências no corpo do texto<sup>1</sup>, apoio em experiências pessoais ou observações feitas diretamente no campo e na trajetória intelectual do autor. No prefácio, Maria de Lourdes Parreiras Horta mostra a filiação das ideias de De Varine ao pensamento de Paulo Freire, considerado seu mestre.

Para a tradutora, uma das particularidades da obra é o fato de apresentar quatro introduções: a metodológica, a ideológica, a pragmática e a política. A introdução metodológica, o “discurso do método” (HORTA, 2012, p.11), apresenta a proposta da obra, discutir o desenvolvimento local, não como um assunto acadêmico, que se aprende nos livros e na sala de aula, mas sim na vivência, no contato com a realidade local. Denominada como uma experiência interativa, propõe as fichas práticas nos diferentes capítulos como “um instrumento simples a ser adaptado pelo interessado” (DE VARINE, 2012, p. 15) e apresenta as fichas de caso no final do livro e abrindo possibilidades para o debate e troca de experiências via Web<sup>2</sup>. A introdução ideológica é o que De Varine denomina uma declaração de princípios que será reiterada ao longo da obra. O patrimônio, sob suas diferentes formas, é o húmus para o desenvolvimento local que só se faz com participação efetiva, ativa e consciente da

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins.

<sup>1</sup> As referências utilizadas foram citadas ao final da obra.

<sup>2</sup> O debate e troca de experiências podem ocorrer através de site [www.world-interactions.eu](http://www.world-interactions.eu) e de e-mail [hugues.devarine@sfr.fr](mailto:hugues.devarine@sfr.fr) criado por De Varine para tal atividade e contatos disponibilizados na fichas/fontes na obra.

comunidade que detém esse patrimônio. O desenvolvimento sustentável e real se faz em harmonia com o patrimônio, contribuindo para a sua vida e seu crescimento. A introdução pragmática, o que ele chama de “um itinerário pessoal”, apresenta parte das vivências do autor em mais de trinta anos de trabalho de campo sobre alguns aspectos do desenvolvimento local e do patrimônio. Na introdução política, chama o patrimônio à sua função, um capital real, presente para o desenvolvimento, um fator de consciência coletiva. É um capital que para viver, produzir, transformar para permanecer útil, necessita do reconhecimento e ação de comunidade.

A obra encontra-se organizada em sete capítulos que tratam do conhecimento, usos, organização, práticas e economia do patrimônio. Exceto os dois últimos capítulos, todos e a Introdução Ideológica trazem uma ficha prática com questionamentos e pontos para a reflexão dos respectivos assuntos discutidos à luz da realidade do leitor, “um guia de reflexão e um método de aproximação à questão” (DE VARINE, 2012, p. 81).

O primeiro capítulo “O conhecimento do patrimônio” trata da complexidade dessa tarefa, reflexo da complexidade da comunidade e de sua cultura viva. Discute questões relativas ao inventário, como objetivo e meio para o conhecimento do patrimônio. Faz uma crítica aos critérios acadêmicos e estéticos para a seleção do que deve ser considerado patrimônio, não levando em conta a comunidade que o originou e o detém. O inventário tecnocrático e científico, classificação/tombamento são apresentados como meios pouco eficientes nesse sentido. Apesar de ser um ideal dificilmente acessível, o inventário compartilhado e o participativo reforçam a responsabilidade da comunidade sobre o patrimônio e o desenvolvimento local. Qualquer tipo de inventário, assim como a proteção e a conservação, é um processo complexo, uma questão de escolha, exigindo, portanto, definição de critérios. Insiste ao longo da obra que todas as ações referentes ao patrimônio devem começar no seio de sua comunidade e que o patrimônio a ser conservado é o que serve ou pode servir para alguma coisa, “a esterilização sob o pretexto de conservar um valor raro inevitavelmente à perda de uma grande parte de seu significado” (DE VARINE, 2012, 64). Chama a atenção, ainda, para o sentido escondido do patrimônio que, habitualmente e naturalmente, expressa valores e julgamentos da cultura do momento e da subjetividade das pessoas participantes.

No segundo capítulo “Os usos do patrimônio”, De Varine afirma que o patrimônio, enquanto recurso, deve servir à sociedade em seu todo. No entanto, o patrimônio tem desempenhado função e utilizado normalmente para: estudos e

pesquisas, conhecimento científico; diversas formas de ação cultural; educação e ensino; socialização e inserção; economia (usos funcionais); promoção, identidade, prestígio de um território, serviços públicos; comércio e tráfico ilícitos de bens culturais de todo gênero; desvios do uso do patrimônio. Apresenta exemplos de usos do patrimônio, suas vantagens e desvantagens, assim como apontou a necessidade de participação e envolvimento das comunidades locais na gestão do patrimônio. Finaliza o capítulo discutindo brevemente os efeitos da globalização sobre o patrimônio cultural, manifestando-se contrário ao tombamento do patrimônio mundial promovido pela Unesco, apontando tal ação como reforço à globalização cultural, com proveito para os poderes econômicos.

Ao discutir “A organização da ação patrimonial”, no terceiro capítulo, o autor volta ao coração de sua proposição: quais são as formas diversas que toma a ação patrimonial no processo do desenvolvimento local? Expõe com modéstia uma lista comentada dos meios e dos métodos disponíveis. Primeiro, é preciso determinar claramente a direção que se quer seguir, o sentido de ação. Após definido o sentido da ação, é preciso planejar e programar essa ação, definindo objetivos, ações e cronograma, atores e seus papéis, as escolhas metodológicas e os modos de avaliação. Apresenta as atividades desarticuladas aos ritmos da sociedade local e a destruição consciente ou inconsciente de elementos do patrimônio como dificuldades comumente encontradas para a organização da ação patrimonial. Retoma a Paulo Freire e Roland Colin ao apontar a cultura viva como o quadro de toda prática patrimonial, de todo processo de desenvolvimento cultural e de desenvolvimento global. Ressalta ainda a dimensão política do patrimônio. A conservação, vista por ele não como esterilização, mas como meio de tornar vivo o patrimônio no seio da própria comunidade a que pertence, é apontada como um dos modos pedagógicos de utilização do patrimônio para o desenvolvimento.

Entre as numerosas “Práticas da Ação Patrimonial”, discutidas no quarto capítulo, destaca a educação patrimonial<sup>3</sup>. Ao abordar essa prática, inseriu um pequeno extrato do Guia Básico de Educação Patrimonial elaborado por Maria de Lourdes Parreiras Horta e Evelina Grumberg. De acordo com sua experiência, apresentou uma “certa tipologia de projetos de educação patrimonial” (DE VARINE, 2012, p. 141). Apesar dessa educação não ser do tipo escolar, reconhece o papel central da escola nesse tipo de educação. Destaca ainda a diversidade de métodos e agentes da educação patrimonial. Analisa a utilização dos monumentos e os sítios,

<sup>3</sup> Expressão tomada de empréstimo dos brasileiros que são apontados pelo autor como os que foram mais longe nos métodos e aplicações.

elementos indissociáveis, com fins de desenvolvimento e salienta a importância de todas as ações que permitam à população ter consciência de viver no interior de um quadro patrimonial. “O patrimônio imaterial está no coração da vida cultural e do desenvolvimento comunitário” (DE VARINE, 2012, p. 152). Devido ainda à pouca visibilidade e não consciência de seu valor, é preciso encontrar formas e meios para promover seu desenvolvimento. Critica o turismo de massa e apresenta o turismo cultural<sup>4</sup> como uma das práticas da ação patrimonial. Salienta, ainda, que, em nome do patrimônio, desvios e abusos têm sido cometidos.

Para De Varine, o museu é considerado, em todos os países, a instituição mais representativa do patrimônio e da ação sobre esse patrimônio. No quinto capítulo “Um instrumento do desenvolvimento: o museu”, apresenta algumas reflexões sobre os novos caminhos da museologia adaptados aos objetivos do desenvolvimento local. Faz uma retrospectiva histórica ao final dos anos 1960, momento que afirma ter-se dado conta que o museu era - ou antes deveria ser - um instrumento a serviço do desenvolvimento. Insere algumas questões sobre o museu na forma de perguntas e respostas (cinco) nas quais discute: as relações entre o museu e o patrimônio; os museus a serviço do desenvolvimento; a musealização dos monumentos; por que e como nasceu a nova museologia; os conceitos de ecomuseu. Neste capítulo, apresenta, ainda, as propostas alternativas de museus voltados para o desenvolvimento local: museu-território; museu comunitário; museu escolar. Finaliza criticamente alguns desvios da museologia moderna: economuseus, museus parque-temáticos<sup>5</sup> e os museus-ladrões<sup>6</sup>.

Não tratada do ponto de vista financeiro, o autor discute no sexto capítulo “A economia da ação patrimonial”. Salvo algumas exceções, a maior parte dos elementos do patrimônio é destinada a uma evolução no tempo. O detentor do patrimônio, seja público ou privado, é um ator econômico. Para que haja desenvolvimento econômico sustentável, é necessária a participação dos membros da comunidade, e essa participação geralmente é permeada por dificuldades: individualismo, temor de assumir riscos, avidez por dinheiro, especulação. O valor econômico do turismo, cultural ou não, permite ilustrar os diferentes critérios de avaliação da economia do patrimônio. O turismo de massa pouco ou quase nada atende ao desenvolvimento

<sup>4</sup> “aquele dos turistas cuja iniciativa é motivada, essencialmente, por uma vontade de descobrir lugares, paisagens, sociedades, e finalmente, os patrimônios locais” (DE VARINE, 2012, p. 154). Fenômeno recente, o turismo dito “cultural”, geralmente mal organizado, ainda confunde-se com o turismo de massa.

<sup>5</sup> Pode-se dizer de maneira simplista que se associam ao turismo de massa e ao consumismo.

<sup>6</sup> Os museus-ladrões podem tomar duas formas: a do museu regional ou nacional que centraliza uma parte importante (e escolhida) do patrimônio local, em um nível geográfico incompatível com a gestão desse patrimônio como recurso do desenvolvimento local; a de alguns grandes museus dos países ricos que contribuem ativa e eficazmente à espoliação dos patrimônios comunitários e nacionais dos países mais pobres.

sustentável local. Como o foco é o desenvolvimento local, fica no terreno do patrimônio “comum”, aquele ligado à cultura viva das comunidades que não reivindicam tombamento ou proteção especial, o qual interessa a dois tipos de turismo: o turismo ativo, ou móvel; o turismo passivo, ou residencial<sup>7</sup>. Utilizar com racionalidade econômica o patrimônio para o autor é assunto de imaginação e de oportunidade. Sobre o patrimônio natural, transformado em reserva, sítio protegido, parque natural, pode-se ter muitos outros usos possíveis voltados para o desenvolvimento local. Para isso, a reflexão deve ultrapassar a lógica econômica imediata. Faz uma análise crítica aos “produtos derivados”<sup>8</sup> do qual o patrimônio é uma mina e aponta um quadro dos ofícios e das atividades econômicas que são necessárias para uma utilização viável do patrimônio. Sobre as tão clamadas ajudas públicas, fala brevemente, e deduz a necessidade de uma verdadeira ação econômica associando a administração local e a comunidade, no espírito de subsidiariedade e não de assistência.

No sétimo e último capítulo “A economia do patrimônio”, aproximando-se da proposta das fichas práticas, apresenta algumas questões inspiradas no capítulo precedente para a reflexão de três atores locais: um proprietário privado (pessoa física ou jurídica); uma municipalidade; uma instituição patrimonial. As quatro questões referem-se ao: valor do patrimônio em termos de capital; ao custo do bem ou dos bens; a investimentos previstos; ao retorno do investimento previsível.

Na conclusão, retoma o propósito inicial “que é o desenvolvimento local, em sua relação e em suas interações com patrimônio global das comunidades” (VARINE, 2012, p. 229). Antes de ser nacional ou global, o patrimônio é local. Para ele, o patrimônio é um capital que deve ser frutificado, transformado e utilizado para finalidades diversas e sua gestão deve ser fruto da cooperação entre todos os atores do território. Todo desenvolvimento local é fator de mudança e “tende a uma atitude libertadora, fonte de autonomia e de cooperação” (MELO, *apud* DE VARINE, 2012, p. 232).

---

<sup>7</sup> O turismo ativo ou móvel identifica-se com o chamado turismo cultural e a longo prazo é favorável à renovação da população. O turismo passivo ou residencial é aquele dos habitantes sazonais – ou residentes secundários – atraídos pelo território por qualidades patrimoniais, onde o patrimônio e os fluxos turísticos que dele decorrem não podem ser suficientes para o desenvolvimento.

<sup>8</sup> Venda de objetos originados do patrimônio. Termo recente, que foi criado em grande parte na esteira do consumo de massa, mas seu uso remonta à alta antiguidade.

Oito fichas<sup>9</sup> originárias da experiência pessoal do autor, que serviram de referência, ilustraram casos apresentados e constituíram parte do material utilizado, são apresentadas ao final da obra. De Varine reconheceu a necessidade de mencionar outros projetos e programas em outras partes do mundo não conhecidos realmente ou acompanhados por ele.

Ver o desenvolvimento local da perspectiva do patrimônio exige atitude libertadora e muito trabalho. Não existe passo a passo para tal ação, mas a obra de De Varine se apresenta como fonte inspiradora e norteadora para tal propósito. As experiências citadas mostram que é possível sair da teoria e ir para a prática. Além de contribuir sobremaneira para os estudos do campo, a obra constitui leitura auxiliar e acessível para todos os atores envolvidos com as questões do patrimônio.

---

Recebido em: 26.02.2013

Aceito em: 18.01.2014

---

<sup>9</sup> Todas as fichas apresentam os seguintes itens: o território, descrição do caso, o patrimônio envolvido, a relação com o desenvolvimento, pequeno histórico, lições de método, contato.